

de uma sala de jogo do bingo de categoria especial, sita em Odivelas, terminando o respectivo prazo em 31 de Dezembro de 2008.

2 — O Regulamento da Exploração do Jogo do Bingo (REJB), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 314/95, de 24 de Novembro, prevê, no n.º 3 do seu artigo 5.º, que, «tendo em conta o interesse público, o prazo de concessão, quando esta tiver sido adjudicada a pessoa colectiva pública ou de utilidade pública, pode ser prorrogado pelo membro do Governo responsável pela área do turismo, a pedido fundamentado dos concessionários que tenham cumprido as suas obrigações, estabelecendo-se as condições da prorrogação no despacho que a autorize».

3 — O director da concessão da sala de jogo do bingo do Odivelas Futebol Clube requereu, em 28 de Maio de 2007, a prorrogação por mais 10 anos do prazo do citado contrato de concessão.

4 — Tal pedido foi formulado no período de 180 dias, antes do termo do prazo da concessão, conforme dispõe o n.º 4 do citado artigo 5.º do REJB.

5 — Considerando que o Odivelas Futebol Clube é uma instituição de utilidade pública que deve consignar ao desenvolvimento desportivo do Clube as receitas da exploração do jogo do bingo, nos termos do n.º 7 do artigo 26.º do Decreto Regulamentar n.º 76/83, de 31 de Dezembro, e atendendo a que tem cumprido as obrigações legais e contratuais decorrentes da concessão, entendendo existirem motivos de interesse público para a manutenção da adjudicação do jogo àquela entidade.

6 — Nestes termos, prorrogo por mais 10 anos a contar do dia seguinte ao do termo do respectivo prazo o contrato de concessão para a exploração da sala de jogo do Bingo de Lisboa (sita em Odivelas), mantendo todas as obrigações que decorrem do referido contrato.

28 de Julho de 2007. — O Secretário de Estado do Turismo, *Bernardo Luís Amador Trindade*.

Secretaria-Geral

Despacho n.º 17 154/2007

O Decreto-Lei n.º 138/2007, de 27 de Abril, aprova a orgânica da Secretaria-Geral do Ministério da Economia e da Inovação (SG-MEI), no desenvolvimento do qual foram fixadas, pela Portaria n.º 533/2007, de 30 de Abril, a estrutura nuclear dos serviços e as competências das respectivas unidades orgânicas.

A Portaria n.º 564/2007, de 30 de Abril, veio fixar o número máximo de unidades orgânicas flexíveis.

Com a publicação daqueles diplomas cessaram as comissões de serviço dos titulares dos cargos de direcção intermédia de 1.º e 2.º graus, que se mantinham em gestão corrente, tornando-se agora necessário, por forma a garantir o normal funcionamento dos serviços e a consolidação do novo modelo organizacional, proceder à nomeação dos respectivos dirigentes, em regime de substituição, nos termos e para os efeitos do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, até estar concluído o processo de recrutamento, selecção e provimento dos cargos de direcção intermédia, nos termos do disposto nos artigos 20.º e 21.º do mesmo diploma e explicitar a manutenção das comissões de serviço nos casos em que tal se justifica.

Assim, determino:

1 — São mantidas as comissões de serviço dos titulares dos cargos de direcção intermédia do 2.º grau, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, atento o disposto no artigo 1.º da Portaria n.º 564/2007, de 30 de Abril, dos seguintes funcionários:

- a) A licenciada Maria José Fernandes Moreira, na Divisão de Estudos, Planeamento e Formação de Recursos Humanos (DPF);
- b) A licenciada Maria Celeste Antunes Rodrigues, na Divisão de Administração de Pessoal (DAP);
- c) A licenciada Anabela Lourenço Malhoa, na Divisão de Aproveitamento, Logística e Património (DLP);
- d) A licenciada Ana Maria da Silva Valente Morais Monteiro Nunes, na Divisão de Recursos Documentais;
- e) A licenciada Florbela Fernandes Lila da Costa, na Divisão de Planeamento e Controlo Orçamental (DPC).

2 — São nomeados, em regime de substituição, para o cargo de direcção intermédia de 2.º grau, nos termos do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, conjugado com a alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma lei, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, atento o disposto no artigo 1.º da Portaria n.º 564/2007, de 30 de Abril, os seguintes funcionários que preenchem os requisitos legais, com os perfis profissionais adequados, eviden-

ciados nas notas curriculares em anexo ao presente despacho, do qual fazem parte integrante:

- a) A licenciada Angélica Maria Egipto Teixeira Jorge, no Gabinete de Relações Públicas;
- b) A licenciada Susana de Carvalho Soares Botelho Miguel, na Divisão de Suporte a Sistemas e Utilizadores;
- c) A licenciada Maria Paula Bento Santos André, na Divisão de Estruturas de Comunicação (DEC);
- d) O licenciado Miguel Rui Cardoso Pessoa Infante, na Divisão de Recursos Arquivísticos e de Expediente (DAE);
- e) A licenciada Luísa Maria Pinheiro Almeida Fernandes, na Divisão de Orçamento e Contabilidade.

3 — O presente despacho produz efeitos a 1 de Julho de 2007.

29 de Junho de 2007. — O Secretário-Geral, *Mário Silva*.

Nota curricular

Nome — Angélica Maria do Egipto Teixeira Jorge.

Data de nascimento — 17 de Setembro de 1951.

Habilitações literárias:

Licenciatura em História, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa;

Pós-graduação em Ciências Documentais, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;

Pós-graduação em Protocolo, Organização de Eventos e Marketing, no ISLA.

Situação actual — chefe de divisão do Gabinete de Relações Públicas da Secretaria-Geral do Ministério da Economia.

Carreira profissional:

1971 — ingresso na carreira administrativa;

1993 — técnica superior estagiária, Secretaria-Geral do Ministério do Comércio e Turismo;

1994 — técnica superior de 2.ª classe do quadro da Secretaria-Geral do Ministério da Economia;

1998 — técnica superior de 1.ª classe do quadro da Secretaria-Geral do Ministério da Economia;

2000 — transitou para a carreira técnica superior de biblioteca e documentação do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Economia, como técnica superior de 1.ª classe;

Chefe de divisão do Centro de Documentação da Secretaria-Geral do Ministério;

Responsável pelo Gabinete de Informação e Relações Públicas da Secretaria-Geral do Ministério da Economia, em paralelo com a função de chefe de divisão do Centro de Documentação;

2001 — técnica superior principal, da mesma carreira e do mesmo quadro;

2004 — chefe de divisão da Direcção de Serviços de Comunicação e Relações Públicas do Gabinete de Gestão do Ministério da Economia.

Outras actividades:

Formadora na área de documentação e informação em organismos da Administração Pública;

Coordenadora de estágios profissionais na área de biblioteconomia, no âmbito dos protocolos com o Instituto de Emprego e Formação Profissional;

Integração no grupo de qualidade da Secretaria-Geral do Ministério da Economia, no âmbito da aplicação da CAF (Common Assessment Framework).

Nota curricular

Nome — Luísa Maria Pinheiro Almeida Fernandes.

Naturalidade — Penalva do Castelo, Viseu.

Licenciatura em Sociologia, pela Universidade Nova de Lisboa; Pós-graduação em Administração e Políticas Públicas, pelo ISCTE; Curso de administração (nível pós-graduação), pelo INA — Instituto Nacional de Administração.

Categoria — assessora principal do Instituto de Informática do Ministério das Finanças.

Experiência profissional mais relevante:

De 26 de Outubro de 2004 a 30 de Junho de 2007 — no Instituto de Informática, como directora de serviços da Direcção de Serviços de Recursos Humanos, teve sob sua responsabilidade o Centro de Formação e Gestão de Competências, a Divisão de Gestão de Pessoal, o Secretariado Centralizado e o Planeamento de Actividades do II;

De 5 de Março a 30 de Novembro de 2002 — na Direcção-Geral das Instalações e Equipamentos da Saúde (DGIES), no cargo de directora dos Serviços Administrativos, foi responsável pela Gestão de Recursos Humanos, Financeiros e Materiais;

De 1 de Dezembro de 2002 a 26 de Outubro de 2004 — exerceu funções no Gabinete de Estudos (GABE) do Instituto de Informática, sendo responsável pelo planeamento, controlo de execução e avaliação das actividades do Instituto;

De 1 de Fevereiro a 31 de Dezembro de 1996 — prestou assessoria nas áreas de gestão de recursos humanos, financeiros e patrimoniais à Direcção de Serviços Administrativos da DGAC;

De 1 de Dezembro de 1999 a 4 de Março de 2002 — no Instituto de Gestão da Base de Dados dos Recursos Humanos da Administração Pública (IGDAP), deu apoio técnico em todas as fases do 2.º Recenseamento geral dos Recursos Humanos da AP e na elaboração dos documentos de suporte à Base de Dados (BDAP);

De 1 de Janeiro de 1997 a 30 de Novembro de 1999 — na Direcção-Geral do Orçamento (DGO), integrou a equipa da Reforma da Administração Financeira do Estado (RAFE);

Deu apoio técnico à implementação do SIC e SRH, em vários organismos;

Participou no grupo de trabalho para o estudo do Sistema de Informação da Receita do Estado (SGR) e no apoio à implementação do SGR na DGAIEC, DGT e DGCI;

De 8 de Abril de 1988 a 31 de Janeiro de 1996 — no Instituto de Informática do Ministério das Finanças (IIMF), desenvolveu vários estudos de planeamento estratégico de sistemas de informação (PESI) e estudos prévios à informatização de serviços e integrou a equipa que elaborou o modelo informacional das áreas comuns da Administração Pública e os seus subsistemas (recursos humanos, financeiros, materiais e documentais).

Possui vários cursos de formação nas áreas de gestão orçamental, gestão administrativa e de sistemas de informação e ainda:

Seminário de Alta Direcção, ministrado pelo INA, realizado de 13 a 17 de Setembro de 2004 (trinta e cinco horas);

Séminaire «The European Administrative and Policy Systems: na Overview» organizado pelo European Institute of Public Administration, Maastricht (NL);

Certificado de Formação Profissional de Formação Contínua de Formadores.

Nota curricular

Nome — Miguel Rui Cardoso Pessoa Infante.

Data de nascimento — 28 de Maio de 1965.

Naturalidade — Lisboa.

Nacionalidade — portuguesa.

1 — Habilitações literárias:

Licenciatura em História pela Universidade Autónoma de Lisboa Luís de Camões;

Curso de especialização em Ciências Documentais, opção Arquivo, pela Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa;

Curso de pós-graduação em Direito da Sociedade de Informação promovido pela Associação Portuguesa de Direito Intelectual e a Faculdade de Direito de Lisboa.

2 — Experiência profissional.

De Agosto de 1986 até Maio de 1988, trabalhou no Instituto Português do Património Cultural;

De Maio de 1988 até Dezembro de 1991, trabalhou no Instituto Português de Arquivos;

De Dezembro de 1991 a Outubro de 2005, trabalhou no Instituto de Investigação Científica Tropical a prestar serviço no Arquivo Histórico Ultramarino. De Março de 2003 a Junho de 2005, foi director em exercício do Arquivo Histórico Ultramarino;

Desde Novembro de 2005, é chefe da Divisão de Recursos Arquivísticos da Secretaria-Geral do Ministério da Economia e da Inovação;

Nomeado para o triénio 1996-1999 e 2005-2007 vice-presidente da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD);

De Setembro de 1996 a Abril de 1999, é presidente do Fórum dos Arquivistas Lusófonos;

Entre 1994 e 1996, foi coordenador dos cursos de técnicos-adjuntos de arquivo promovido pela Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas;

Desde Fevereiro de 2003, é coordenador nacional dos cursos de formação dos técnicos profissionais de arquivo ministrados pela BAD, e coordenador local dos cursos de Lisboa;

Desde 1992, é docente do curso de especialização em Ciências Documentais da Faculdade de Letras de Lisboa, onde ministra a disciplina Informática para Arquivos (3.º semestre), e desde 1993 a disciplina Informática Documental III (4.º semestre), na variante de Arquivo;

Desde Maio de 2005, é docente do curso de especialização em Ciências da Informação e da Documentação da Universidade Nova

de Lisboa, onde ministra a disciplina de Novas Tecnologias Aplicadas aos Arquivos (2.º semestre).

3 — Experiência profissional — tem vários trabalhos publicados, bem como participou em vários encontros, seminários e congressos nacionais e internacionais. Júri de concursos públicos para implementação de projectos de investigação arquivística.

Curriculum vitae

Dados pessoais:

Nome — Paula Bento Santos André.

Naturalidade — Lisboa.

Habilitações académicas:

Mestrado em Informática, na área de Sistemas Geo-Colaborativos, pela Faculdade de Ciências de Lisboa, 2004;

Licenciatura em Informática de Gestão, pela Universidade Moderna de Lisboa, 1997;

Bacharelato em Engenharia Geotécnica, pelo Instituto Superior de Engenharia do Porto, 1988.

Formação profissional complementar:

Cerca de mil horas de formação em áreas específicas de informática; Windows — Microsoft Certified de Win2003, Win2000 e Win NT; Networking — CCNA (Cisco Certified Network Associate) e Nortel Networks;

DB's Microsoft SQL Server 2000 Database e Oracle7; GIS — ARCGIS; ARCVIEW (Esri) e Microstation (Intergraph); FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública do INA (Maio de 2007).

Categoria/experiência profissional:

SG do MEI — chefe de divisão de Estruturas e Comunicações (desde 5 de Setembro de 2006);

Representante do MEI junto da UMIC, no âmbito dos acordos quadro de comunicações de voz e dados;

INETI — coordenadora de redes e sistemas (2006-2004);

IGM — responsável pela infra-estrutura informática do IGM, Alfragide;

Coordenadora do PIDDAC de infra-estruturas informáticas e POSI do projecto (MODII — modernização da infra-estrutura informática) do IGM;

Responsável técnica da *task force* 2000 do IGM;

Membro da comissão informática e comunicações do Ministério da Economia (CICMEC), em representação da DGGM/IGM;

DGGM/SFM — ingresso na carreira técnica (1989);

Participação nos projectos «Avaliação e caracterização dos mármore» e «Informação geológico-mineira» da DGGM;

Especialista de informática de grau 2, nível 2, do quadro do ex-IGM.

Publicação de artigos:

«SaGISc: A geo-collaborative systems» *Lecture Notes in Computer Science*, 2004, Groupware — Design, Implementation and Use, Eds., Berlin: Springer-Verlag;

«SaGISc: Sistema colaborativo para recolha de dados geológicos», *Interação* 2004, actas;

«A Conceptual Framework for the Design of Geo-Collaborative Systems», *Group Decision and Negotiation*, Eds, Kluwer, 2006.

Trabalhos apresentados em congressos:

«SaGISc: sistema colaborativo para recolha de dados geológicos», 1.ª Conferência Nacional em Interação Pessoa-Máquina. 2004, FCUL Lisboa;

«SaGISc: A geo-collaborative system», in 10th International Workshop on Groupware-CRIWG 2004, San Carlos, Costa Rica.

Curriculum vitae

1 — Identificação pessoal:

Nome Susana de Carvalho Soares Botelho Miguel.

Estado civil — casada.

2 — Formação académica:

Licenciatura em Engenharia de Sistemas Decisoriais, COCITE Cooperativa de Ensino Superior de Técnicas Avançadas de Gestão e Informática, 1987;

Pós-graduação em Gestão da Qualidade, PARTEX-CPS, 1986.

3 — Actividade profissional:

Representante do MEI, em reuniões de trabalho promovidas pela UMIC, no âmbito dos acordos quadro na vertente de licenciamento

de *software* e participação em projectos transversais à Administração Pública; piloto de compras electrónicas e piloto de factura electrónica;

Nomeação em regime de substituição como chefe de divisão do quadro de pessoal dirigente da Secretaria-Geral (SG) do Ministério da Economia e da Inovação (MEI), a partir de 1 de Novembro de 2005, e a exercer estas funções desde Abril de 2005;

Administração de sistemas, no âmbito das atribuições da SG — prestação centralizada de serviços, de Janeiro a Março de 2005;

Administração de sistemas, no âmbito das atribuições do GAGEST — prestação centralizada de serviços, de Janeiro a Dezembro de 2004;

Chefe de divisão de Tecnologias da Informação e da Comunicação do GEPE do Ministério da Economia, de Julho de 1999 a Dezembro de 2003;

Representante do GEPE na CICMEC do Ministério da Economia, participação em grupos de trabalho criados neste âmbito, de Fevereiro de 2002 a Dezembro de 2003;

Apoio técnico à *task force* do ano 2000 do Ministério das Finanças, de Julho de 1998 a Junho de 1999;

Coordenação do projecto e implementação de um *help desk* «As empresas e o ano 2000», para as PME, Instituto de Informática, Ministério das Finanças, de Julho de 1998 a Junho de 1999;

Área de tecnologias de informação e comunicações, Instituto de Informática, Ministério das Finanças, de Agosto de 1997 a Junho de 1998;

Auditora técnica, no âmbito dos sistemas da qualidade de empresas do sector de informática, APCER, de Maio de 1997 a Dezembro de 1999;

Núcleo de Informática do Instituto Português da Qualidade, Ministério da Economia, de Julho de 1987 a Janeiro de 1994;

Especialista de informática de grau 3, nível 2, do quadro de pessoal do ex-GEPE.

4 — Formação profissional:

FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública, INA, Dezembro de 2006;

Administração de sistemas Windows, Galileu, 2004;

Segurança informática, INA, 2003;

Contratação pública para compras tecnológicas, INA, Maio de 2003; Seminário sobre «Gestão da informação nas organizações», Instituto de Informática, Dezembro de 1997;

Seminário sobre «Planeamento dos sistemas de informação», Instituto de Informática, Outubro de 1997.

5 — Actividade pedagógica:

Acção de formação — enquadrada na implementação do *help desk* «As empresas e o ano 2000»;

Organização e formação, Instituto de Informática, 1998;

Disciplina semestral de Introdução à Informática para os cursos de Informática de Gestão, Gestão de Projectos e Obras e Contabilidade e Auditoria, Instituto Politécnico Autónomo, 1991-1992.

6 — Trabalhos realizados mais relevantes:

Relatório «Ponto de situação das tecnologias de informação e comunicação» sobre o levantamento e planeamento, da mudança de instalações, dos sistemas de informação, GEPE, 2003;

Termos de referência para a aquisição de serviços externos para o *site* do GEPE, 2003;

Elaboração do plano de contingência para o ano 2000, GEPE, 1999;

Elaboração da estrutura de interligação dos fluxos de dados e de informação entre os vários organismos do MF e as correspondentes relações com o exterior; Instituto de Informática, 1999;

Projecto «As empresas e o ano 2000», *help desk*, Instituto de Informática, 1998-1999;

Relatórios consolidados sobre a problemática do ano 2000 e a correspondente capacidade de resposta dos diversos organismos do Ministério das Finanças, 1998-1999.

Direcção-Geral de Geologia e Energia

Anúncio (extracto) n.º 5173/2007

Contrato de pesquisa de depósitos minerais

Nos termos do n.º 4 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 88/90, de 16 de Março, publica-se o extracto do contrato de prospecção e pesquisa de depósitos minerais, com o número de cadastro MN/PP/002/07, nos concelhos de Vila Nova de Cerveira e Caminha, celebrado, por delegação de assinatura, pelo director-geral de Energia e Geologia, Dr. Miguel Barreto Caldeira Antunes, em 20 de Março de 2007:

Titular dos direitos — MAEPA — Empreendimentos Mineiros e Participações, L.ª;

Depósitos minerais — volfrâmio, estanho e ouro;
Delimitação da área (46,321 km²):

Vértice	Meridiana (m)	Perpendicular (m)
1	- 53650	245450
2	- 47500	251500
3	- 44600	248500
4	- 45900	243900
5	- 46391	243617
6	- 47891	243617
7	- 47891	242617
8	- 48400	242350
9	- 49300	242850
10	- 51150	242950

Caução — € 35 000;

Período de vigência — inicial de dois anos, prorrogável por um ano, no máximo de três vezes;

Condições de abandono progressivo da área — abandonar 50%, em blocos compactos de área não inferior a 5 km, (à escolha do titular, no termo do período inicial e da 1.ª e 2.ª prorrogações;

Trabalhos mínimos obrigatórios:

a) No período inicial:

1.º ano:

1 — Estudos básicos:

1.1 — Recolha e análise de toda a informação existente proveniente, quer de estudos académicos quer da actividade do ex-I. G. M. e das empresas anteriormente envolvidas em trabalhos de prospecção na área.

2 — Cartografia geológica complementar à existente, nas escalas adequadas, com amostragem de estruturas mineralizadas e posterior análise química.

3 — Prospecção geofísica complementar de detalhe.

4 — Sondagens mecânicas de reconhecimento e avaliação, com recuperação de testemunho (pelo menos 3000 m de sondagens).

2.º ano:

1 — Sondagens mecânicas de reconhecimento e avaliação, com recuperação de testemunho (pelo menos 5000 m de sondagens).

2 — Conclusões.

3 — Introdução ao estudo de viabilidade económica.

b) Nas prorrogações — os trabalhos a executar dependerão dos resultados obtidos no período inicial. Se os mesmos forem positivos será realizado estudo de viabilidade económica;

Investimentos mínimos obrigatórios:

a) No período inicial:

1.º ano — € 250 000;

2.º ano — € 400 000;

b) Em cada prorrogação — € 500 000;

Encargos de prospecção e pesquisa — € 30 000/ano;

Prazo da concessão de exploração — não superior a 20 anos, prorrogável por dois períodos que não ultrapassem 15 anos cada um;

Encargos de exploração — 3% do valor do minério à boca da mina dos produtos mineiros ou concentrados expedidos ou utilizados.

1 de Junho de 2007. — O Subdirector-Geral, *Carlos A. A. Caxaria*.
2611035869

Anúncio (extracto) n.º 5174/2007

Contrato de pesquisa de depósitos minerais

Nos termos do n.º 4 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 88/90, de 16 de Março, publica-se o extracto do contrato de prospecção e pesquisa de depósitos minerais, com o número de cadastro MN/PP/003/07, nos concelhos de Arraiolos, Évora, Estremoz, Borba, Vila Viçosa e Redondo, celebrado, por delegação de assinatura, pelo director-geral de Energia e Geologia, Dr. Miguel Barreto Caldeira Antunes, em 20 de Março de 2007:

Titular dos direitos — MAEPA — Empreendimentos Mineiros e Participações, L.ª;